

A REGRESSÃO SOCIAL SOB A PRIVATIZAÇÃO

JURANDIR ANTÔNIO XAVIER

Na crise atual das relações capitalistas de produção, encontra-se combinada a crise do Estado, porque foi sob específicas relações estatais-capitalistas de produção que se processou a ampliação da riqueza no ciclo da industrialização brasileira. Entretanto, na fonte da crise dessas relações, encontra-se a natureza privada da propriedade da qual se desgarram, no próprio desenvolvimento capitalista, tanto opositividades formais, nas relações de propriedade, de apropriação e de acumulação, quanto reais, nas relações de produção, exploração e reprodução da força de trabalho.

CRISE ATUAL DO ESTADO

Com efeito, em sua formação característica atual, a propriedade, a apropriação e o enriquecimento capitalistas são ampliados sob uma específica combinação na qual operam, de um lado, a recentralização, na propriedade privada, de rendas, propriedades e riquezas estatais-capitalistas e, de outro, a superexploração adicional da força de trabalho. Tal recentralização, na propriedade capitalista financeira, de rendas, propriedade ou patrimônios estatais, impulsionando a ampliação, de um lado, de fortunas privadas e, de outro, a de déficits, dívidas e crises financeiras do Estado; tanto quanto à superexploração adicional do trabalho também impulsionou a crise da produção, a destruição de forças produtivas, fazendo regredir socialmente as próprias relações capitalistas sob as quais foram produzidos e formados os patrimônios capitalistas à época precedente.

Mesmo sob a crise da produção (e, dela decorrente, a desindustrialização, descapitalização operacional e desemprego social), a formação patrimonial privada continuou se ampliando. Porém, sob a crescente desapropriação de rendas estatais, reais, a ampliação tornou-se, crescentemente, nominal, monetária ou especulativa, tanto quanto sua contrapartida, o endividamento estatal.

Por conseguinte, a crise atual do Estado é também a crise de suas relações, funções e métodos econômico-sociais sob os quais se processou a produção, formação e reprodução ampliada de patrimônios privados na economia brasileira. Sob esses métodos, de um lado, as relações de propriedade, de apropriação e de acumulação estatais-capitalistas, de formalmente socializadas, produtivas e desenvolvimentistas, re-

gridema relações privadas, financeiras e parasitárias enquanto, de outro lado, as relações de produção, assalariamento e reprodução da população trabalhadora se tornam socialmente exterminativas.

Lembremo-nos que o Brasil só conheceu a industrialização ou qualquer desenvolvimento significativo das forças produtivas sob crescente estatização das relações capitalistas de propriedade, tanto na produção de mercadorias (industriais ou agrícolas) quanto nos mercados capitalistas (creditícios e comerciais). Além disso, jamais se deve esquecer que, em seus resultados, a industrialização foi ampliação da riqueza capitalista, produzida crescentemente tanto sob a estatização da propriedade capitalista no ciclo produtivo quanto sob a superexploração da força de trabalho, e que se tornou, numa primeira época histórica, preponderantemente riqueza estatal-capitalista, mas, numa segunda, riqueza privada capitalista.

Isso significa que a riqueza capitalista se reproduziu ampliamente, de um lado, antagonicamente ao trabalho assalariado, de outro, opositivamente a suas próprias formas apropriativas (derivadas, por sua vez, das formas da propriedade capitalista no ciclo produtivo) nas quais as formas privadas de apropriação, amplificadas sob a desestatização (de rendas e também de propriedades), se impõem desapropriativa, expropriativa e desagregativamente sobre as formas estatais da apropriação. Por conseguinte, a evolução dos ativos privados (capitalistas), tornando-se, de imediato, na dos passivos estatais (capitalistas), drena as rendas do Estado, cerceia suas funções produtivas e o arrasta, tanto quanto a reprodução capitalista, à crise generalizada.

DA OLIGARQUIA AGRÁRIA À FINANCEIRA

Percebe-se que, sob a industrialização, se desenvolveram dois movimentos nas relações capitalistas de propriedade, de apropriação e de acumulação privadas, que foram intermediados por um terceiro movimento (estatal-capitalista) de transição. Por isso, pode-se dizer que, na natureza das funções econômicas do Estado, embora sob formas, relações ou métodos socializados, encontra-se, na verdade, a conser-

Jurandir Antônio Xavier é professor da Universidade Federal da Paraíba.

vação (reprodução) da natureza privada da propriedade, da apropriação e da riqueza capitalistas.

O primeiro, o movimento de superação formal da propriedade fundiária capitalista (mas não-produtiva, parasitária e em crise), na propriedade (então, portanto, na apropriação, na acumulação e no enriquecimento) estatal-capitalista. É desse movimento que, na reconstituição, sob os métodos estatais, da propriedade em operação produtiva na indústria ou na agricultura, se expandiu a industrialização capitalista no Brasil.

O segundo, o movimento de regressão formal da propriedade estatal-capitalista na propriedade (então, também na apropriação, na acumulação e no enriquecimento privado) capitalista-financeira. Portanto, em seus resultados (riqueza, acumulação ou enriquecimento), estatização, industrialização e desenvolvimento das forças produtivas, sob amplificação da superexploração da força de trabalho, o segundo intermediou a reconstituição oligárquica no Brasil: de agrária (exportadora) a financeira (estatal-industrial).

E o decisivo é que, nesse último movimento, se dá a reconstituição da propriedade, da apropriação e do enriquecimento privado-capitalistas, porém sob as condições historicamente determinadas no presente. De um lado, sob a forma financeira, rentista e parasitária. De outro, sob uma específica desapropriação, expropriação e desagregação do Estado. Em consequência, encontra-se, na crise do Estado, a própria desmontagem (capitalista) daquelas mesmas relações capitalistas sob as quais havia se dado o desenvolvimento das forças produtivas, a multiplicação e a materialização da riqueza capitalista em toda a época precedente.

Essa reconstituição da propriedade, apropriação e riqueza privadas-capitalistas sob formas financeiras, fictícias e parasitárias, movimento que se amplifica na desapropriação de rendas, expropriação de propriedade e desagregação das relações estatal-capitalistas, é característica, tanto do Brasil quanto da conjuntura que, aberta já à época da migração dos capitais imperialistas, foi se fazendo crítica com a institucionalização do mercado financeiro nacional, a abertura do capital das estatais e a especulação com o endividamento estatal, tanto em moeda internacional quanto nacional.

Tal movimento pode ser denominado de regressivo, econômica, social e historicamente, pois ele fez regredirem, na privatização financeira (tornando a riqueza capitalista, sob essa forma, parasitária), as próprias relações capitalistas de propriedade que, no capitalismo, sob as formas estatal-capitalistas (sob essa forma, a riqueza capitalista era reconvertida produtivamente), conheceram seus estágios superiores de socialização, pressuposição do crescimento, da expansão ou do desenvolvimento econômicos. E, sem a socialização da propriedade no ciclo produtivo, não ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, ao contrário, surgem porém as crises.

Na verdade, na estatização da propriedade capitalista, encontra-se uma socialização específica, formal e conjuntural socialização da propriedade que, não sendo a propriedade privada superada pelos trabalhadores, positivamente (revolucionariamente), na socialização real da propriedade, da apropriação e do enriquecimento, a estatização ou socialização formal é superada negativamente (contra-revolucionariamente) pelo próprio capitalismo que faz regredir (a estatização

Por conseguinte, a crise atual do Estado é também a crise de suas relações, funções e métodos econômico-sociais sob os quais se processou a produção, formação e reprodução ampliada de patrimônios privados na economia brasileira.

ção ou socialização formal), à forma privado-financeiro-parasitária. E tais características de regressão social podem ser atribuídas às mesmas razões pelas quais o Estado é encontrado no exercício de funções produtivas na reprodução capitalista: ampliação dos patrimônios privados que não exercem funções produtivas no ciclo da reprodução capitalista, sob a amplificação, tanto da bancarrota financeira estatal quanto, por via de consequência, da superexploração adicional do trabalho.

Em suma, a industrialização capitalista no Brasil emergiu sob a estatização crescente da propriedade capitalista no ciclo produtivo. Surgindo, gerou nova riqueza que foi apropriada pelo Estado, mas, simultaneamente, foi sendo apropriada e crescentemente também pela propriedade privada (capitalista) que a retém sob formas parasitárias. Essa nova riqueza, embora surgida sob a propriedade do Estado, gradativamente, vai deixando de ser por ele apropriada, passando a ser centralizada na propriedade privado-capitalista-financeira. Tal processo resultou de relações concorrenciais/desapropriativas, expropriativas e desagregativas que tornaram o Estado deficitário. Sob tais relações, o Estado ainda logrou amplificar a industrialização, mas apenas sob a amplificação de seu endividamento, de um lado, e sob a adicional superexploração do trabalho, de outro. Essa evolução faz desmoronar as relações capitalistas sob as quais ocorreu a amplificação da riqueza capitalista neste país. Por isso mesmo, na industrialização capitalista do Brasil, esteve a superação de uma oligarquia agrária, entretanto, sob a reconstituição de uma outra oligarquia, a financeira.

INDUSTRIALIZAÇÃO

Estatização das compras que se tornam superfaturadas. Estatização dos créditos (em moeda nacional e internacional) que se tornam gratuitos. Estatização da propriedade na produção capitalista cuja venda subfaturada torna deficitária a apropriação formal-monetária do Estado. Num primeiro momento, o Estado assumiu essas funções econômicas nas condições historicamente determinadas da reprodução capitalista e, somente sob tais circunstâncias, verificou-se a expansão das forças produtivas, a industrialização e a reprodução ampliada da riqueza capitalista que, num segundo momento, foi centralizada na propriedade privado-capitalista-financeiro-parasitária.

Se os momentos da estatização (socialização formal da propriedade no ciclo industrial) foram os pressupostos decisivos das conjunturas expansivas da industrialização, os momentos da formação do patrimônio privado-capitalista foram os da amplificação, de um lado, da desapropriação, expro-

priação e desagregação do Estado desenvolvimentista, de outro, da superexploração da força de trabalho. A amplificação desse processo foi também a da amplificação das crises da reprodução, destruição de forças produtivas e regressão das relações capitalistas de propriedade e reprodução.

Característica do primeiro momento foi a época da industrialização denominada substitutiva e, do segundo, a época da industrialização denominada dependente. Embora seja atribuída (mística, ideológica e falsamente) à reconversão produtiva de capitais internacionais e nacionais, na verdade, o Estado, impulsionando essa industrialização, de um lado, reconverteu, para cada unidade desses capitais, duas vezes mais; de outro, apropriou apenas um terço do que foi apropriado por eles. Por isso mesmo, àquela época (década dos setenta), tanto a estatização atinge seu auge histórico, quanto os déficits vão se transformando em dívidas, crises e bancarrotas financeiras do Estado, e, por via de consequência, da industrialização.

Decisivamente, as conjunturas de crise foram amplificadas pela retomada migratória dos capitais imperialistas no pós-guerra imediato, pela capitalização das empresas nacionais privadas e das estatais, bem como pela reforma bancário-financeira de 1967 na qual foram institucionalizados o mercado financeiro nacional, a abertura do capital (acionário) das empresas estatais e a célere expansão da emissão monetária e de títulos da dívida estatal. Por essas vias ou sob esses métodos, deu-se a centralização, na propriedade privado-capitalista-financeira, das rendas desapropriadas do Estado (por ele não apropriadas), repassadas, via elevação da rentabilidade dos capitais privados, monetários, comerciais, produtivos e patrimonialistas. Esse movimento, amplificando rendas e patrimônios privados, em especial, de bancos, empreiteiras, empresários agrícolas, comerciantes e especuladores, nacionais e internacionais, também amplificou, de um lado, o desmoronamento das funções econômico-desenvolvimentistas do Estado no qual se combinaram tanto sua desapropriação quanto sua expropriação; de outro lado, a superexploração do trabalho.

Atente que, no desmoronamento das funções econômicas do Estado, os métodos estatais de reprodução ampliada do capital se convertem em seus contrários. Método sob o qual ocorreu a industrialização deste país, a estatização da compra, da produção, da venda ou do crédito (sob expansão da emissão monetária ou do endividamento em moeda internacional) que se tornaram, respectivamente, superfaturada, deficitária, subfaturada e gratuito, deixa de amplificar significativamente a expansão da produção da riqueza capitalista. Ao contrário, passa a amplificar a crise da produção, a destruição das forças produtivas e a regressão das relações capitalistas de propriedade e de produção. A riqueza privada-capitalista continua ampliando-se, mas apenas nominalmente, tanto quanto os passivos estatais.

Portanto, convertidos em seus contrários, esses métodos estatais da socialização formal das funções capitalistas no ciclo industrial passam a amplificar apenas nominalmente a riqueza capitalista. De um lado, com a expansão da emissão monetária, os títulos de rendas futuras e as riquezas já produzidas, amplificam tanto a especulação nos mercados capitalistas (por exemplo, nos monetários-creditícios, juros, ágios e deságios; ou nos mercados comerciais, lucros, aluguéis

Em suma, a industrialização capitalista no Brasil emergiu sob a estatização crescente da propriedade capitalista no ciclo produtivo.

ou preços inflacionados), quanto os déficits, dívidas e crises do Estado. De outro lado, amplificam a superexploração adicional do trabalho. Eis por que, desapropriadas as rendas estatais reais, a obsessão capitalista específica da conjuntura atual é converter a parcela nominal da riqueza privado-capitalista em riqueza material, expropriando propriedades estatais.

Por isso mesmo, a exemplo do ocorrido na conjuntura precedente, os capitalistas não estão mais em correria concorrencial aos créditos (embora estes continuem sendo sempre bem-vindos), porém, correm às propriedades estatais. Ora, quitar a riqueza capitalista nominal significaria que o Estado, adicionalmente a seus gastos correntes, deveria ter, somente para si, a totalidade do produto interno bruto anual do país, pois tal é o montante de seu endividamento presente. Esse sonho nem os próprios capitalistas acalentam (e não há porque seja acalentado pelos trabalhadores), mesmo que o Estado, logrando sanear seus déficits anuais, partisse para liquidar sua dívida. E nada disso, na realidade, acontece no Brasil. Ao contrário, nele o que se encontra é a ampliação tanto do endividamento estatal, quanto da superexploração do trabalho.

OPOSITIVIDADES

Na crise atual do Estado reside a crise do conjunto das relações de propriedade, de produção e de apropriação capitalistas sob as quais se deu a reprodução ampliada da riqueza capitalista no ciclo da industrialização brasileira. Nesse ciclo, as relações capitalistas de propriedade, de apropriação e de acumulação evoluíram para a recentralização da riqueza estatal na propriedade privada, parasitária e financeira, enquanto as relações de produção evoluíram tanto para a estatização da propriedade (socialização formal) no ciclo produtivo, quanto para a superexploração do trabalho.

Por conseguinte, o enriquecimento privado-capitalista mostrou-se opositivo, de um lado, ao do Estado sob o qual se foi avolumando a desapropriação (rendas), e a expropriação (propriedades) e o endividamento; de outro, mostrou-se opositivo ao trabalho assalariado que teve seu salário confiscado adicionalmente, em tributo à liquidação do endividamento estatal. Em tais circunstâncias, acumulação, reprodução ampliada ou desenvolvimento capitalista significaram enriquecimento privado-capitalista, tanto quanto, de um lado, déficits, dívidas e bancarrota financeira do Estado, de outro, empobrecimento adicional da população trabalhadora. Com isso, ocorreu colapso das funções econômicas do Estado, daí, crise da produção, destruição de forças produtivas e regressão das relações capitalistas no ciclo industrial.

Aí, há dois movimentos que são indissociáveis na dinâmica do enriquecimento privado. Ambos, derivados de oposições da propriedade capitalista ao próprio enriquecimento capitalista. No primeiro, trata-se de oposições formais da propriedade capitalista à apropriação, à acumulação e ao enriquecimento capitalistas, tratando-se, portanto, do movimento concorrencial das relações de propriedade, de apropriação e de acumulação estatais-capitalistas às privadas, característico do período considerado. No segundo movimento, trata-se de oposições essenciais da propriedade capitalista, da apropriação, da acumulação e da reprodução capitalistas à força de trabalho, ao emprego, ao salário e à reprodução da população trabalhadora. Trata-se, por conseguinte, das lutas de classe.

É decisiva a percepção de que, no primeiro movimento, na amplificação da propriedade, da apropriação e do enriquecimento capitalista, o enriquecimento privado se amplia positivamente ao estatal. Historicamente, tal positividade (concorrência capitalista) caracterizou o ciclo da industrialização brasileiro. Isto porque, nesse ciclo, não somente os incrementos da nova riqueza capitalista foram decrescentes relativamente à conservada, mas também porque a apropriação privada cresceu, relativamente à apropriação estatal. Ademais, crescem ainda, no ciclo industrial, os encargos estatais da reprodução ampliada do capital (derivados das funções que, por sua vez, são derivadas das formas da propriedade estatal-capitalista).

Cresceu a riqueza privado-capitalista, enquanto o Estado, principal banqueiro (de moeda internacional, mas também de sua própria moeda), tornando-se o principal investidor, refinanciando-se nos mercados especulativos, internacionais e nacionais, não apropriando juros, nem tendo seus créditos cancelados, na verdade, tanto se refina onerosa, deficitária (moeda internacional e especulativo-inflacionariamente (emitindo abusivamente a moeda internacional), quanto financia gratuitamente a formação de patrimônios privados. Essa riqueza, transformando-se em apropriadora de rendas, aprisiona o Estado na função de suprir primeiramente rendas reais que, depois de quebrar tanto o Estado quanto suas inversões produtivas, se tornam nominais.

Ademais, além de principal comprador, o Estado também passou a ser o principal produtor, portanto o principal proprietário de mercadorias. Entretanto, vendendo subfaturadamente e comprando superfaturadamente, enquanto crescem rendas e patrimônios privados, o Estado também passou a ser o principal produtor-comprador-investidor deficitário desta economia.

Deficitário no exercício de suas funções econômico-sociais na reprodução ampliada da riqueza capitalista, o Estado ingressou no endividamento, na emissão e na bancarrota, tanto quanto a produção entrou em crise (descapitalização, desemprego e superexploração adicional). As forças produtivas encaminham-se para a destruição e as relações capitalistas, estatais, produtivas e desenvolvimentistas para a regressão a privadas, financeiras e parasitárias. E o capital tomou o rumo dos mercados especulativos (monetários e comerciais, nacionais e internacionais).

Percebe-se que, se na estatização foram removidas oposições, funções e formas específicas da propriedade capitalista na reprodução ampliada dos patrimônios privados, si-

Na crise atual do Estado, reside a crise do conjunto das relações de propriedade, de produção e de apropriação capitalistas sob as quais se deu a reprodução ampliada da riqueza capitalista no ciclo da industrialização brasileira.

multaneamente outras (opositividades, funções e formas) foram sendo simultaneamente reconstituídas. Por isso, pode-se dizer que, de um lado, na forma, a emergência da estatização significou uma revolução formalmente social no próprio capitalismo (pois o Estado passou a assumir funções econômico-sociais que a propriedade, a iniciativa e a riqueza capitalista em suas crises de reprodução, deixaram crescentemente de assumir), enquanto, de outro lado, na essência, a estatização também foi uma contra-revolução social (pois reproduziu ampliadamente a riqueza privado-capitalista sob a amplificação do empobrecimento social, tanto formal, na quebra das relações formalmente socializadas sob as ações estatais, quanto real, na superexploração exterminativa de três gerações de trabalhadores que produziram a riqueza capitalista).

PRIVATIZAÇÃO

Na estatização ou na socialização formal das funções da propriedade privada na reprodução capitalista ou, ainda, na industrialização capitalista (formalmente socialista) da economia nacional, o capitalismo, à época da economia agroexportadora sob a República Velha, teve sua crise negativamente superada. Isso significa que a estatização (socialização formal) da propriedade ou a formação do capital estatal ou, ainda, a industrialização brasileira, tanto foram uma revolução capitalista quanto uma contra-revolução social, nela transcorrendo, de um lado, tanto a superação de velhas relações de propriedade, sujeitos e métodos do enriquecimento capitalista (em crise), as agro-oligarco-exportadoras, quanto a reconstituição de novas, as estatal-industriais e privado-financeiros; de outro, tanto a conservação quanto a reprodução da natureza social-expropriativa da propriedade, da apropriação e da acumulação capitalistas. Essa crise, não tendo sido superada positivamente pelos trabalhadores (na socialização real da propriedade, da apropriação e da acumulação), foi superada negativamente pelo capital (na socialização formal, sob conservação real da natureza privada, da propriedade, da apropriação e da acumulação capitalistas).

Amplificando-se a apropriação privado-capitalista (ademais, rentista ou parasitária, nacional e internacional), nessas novas relações de propriedade, de apropriação e de acumulação, sob a desapropriação, a expropriação e a desagregação estatais ascendentes, o capitalismo estatal-industrial, nos idos dos anos sessenta, experimentou a crise dessas relações, de seus agentes e métodos. Essa crise capitalista, novamente, não tendo sido superada positivamente pela nova geração de trabalhadores, foi superada negativo-regressi-

vamente pela nova geração de capitais privados, os quais, em reprodução, de um lado, tornaram preponderante sua ampliação financeira, de outro, levaram a estatização ao seu auge, à crise e à regressão. Essa formação, sob a regressão das relações estatais, recentraliza a riqueza estatal-capitalista (que, sob o Estado, à época precedente, teve destinos preponderantemente produtivos) na propriedade privado-capitalista-financeira (que passa a ter preponderantemente destinos especulativos). Isso significou, socialmente, contra-revolução capitalista, tanto formal (às relações de propriedade, de apropriação e de acumulação da riqueza, bem como aos agentes, métodos e institucionalidade estatal-capitalistas da época precedente), quanto real (ao trabalho que, de superexplorado, se torna exterminativo socialmente).

A formação acelerada de capital financeiro durante a década dos setenta levou a estatização do ciclo industrial a seu auge. E, em sua crise, durante a década dos oitenta, aquela formação foi a seu auge, tanto quanto a estatização vem se encaminhando ao extremo de sua regressão. No entanto, a crise e a regressão da estatização da reprodução ampliada da riqueza privada são também crise e regressão da industrialização, da produção e das relações capitalistas de propriedade e de produção sob as quais se havia dado o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso mesmo, os anos oitenta deverão ficar conhecidos como a década da ampliação dos patrimônios privados sob a expansão da desestatização, da desindustrialização e da destruição de forças produtivas, bem como do endividamento do Estado, do desemprego, da superexploração e da exaustão da força de trabalho.

Percebe-se que no Brasil a formação do capital financeiro se dá sob uma peculiaridade historicamente determinada, pois ocorre recentralizando, na propriedade privado-capitalista (financeira), não preponderantemente, as riquezas privado-capitalistas (bancário-industriais) as quais substantivaram o capital financeiro em sua origem histórica, porém as riquezas estatais, formalmente socializadas (pois, aqui, o capital industrial, comercial ou bancário foi, preponderantemente, capital estatal). Portanto, a privatização capitalista-financeira ocorre aqui mediante desmontagem daquelas relações sociais sob as quais não apenas se havia dado a expansão da produção, da industrialização e do desenvolvimento das forças produtivas, mas também sob as quais se havia dado o estágio superior de socialização das relações de propriedade, de apropriação e de acumulação de riqueza no capitalismo. Pois sob o capitalismo, tais relações não mais progredem além da socialização formal (estatização). Ao contrário, não sendo levadas à socialização real, elas regredem à privatização que, nas condições historicamente determinadas do capitalismo atual, não são relações industrial-desenvolvimentistas (na forma, na função ou nos métodos específicos sob os quais se apresentaram em sua origem histórica), porém, relações capitalistas de apropriação privado-financeiras, parasitário-rentistas do Estado e exterminativas da força do trabalho. Essa desmontagem, embora sempre presente no capitalismo deste país, vem sendo amplificada desde os anos do pós-guerra, tendo, no período presente, apenas seu auge.

Não sendo superada positivamente pelos trabalhadores,

Nessas circunstâncias, a riqueza privatiza-se, o Estado decompõe-se, o capital em operação produtiva vai sendo reduzido e a força de trabalho, adicionalmente superexplorada, vai se reproduzindo sob condições social-exterminativas que se tornam cotidianizadas.

a crise capitalista do presente se estende, se aprofunda e gera circunstâncias sob as quais poderá vir a ser superada social-regressivamente pelo capital, gerando conjuntura ainda mais grave do que a que foi desencadeada nos idos dos anos sessenta. Pois agora encontram-se, de um lado, o Estado, endividado, desacreditado e imobilizado; de outro, a força de trabalho, desempregada, superexplorada e exaurida. E uma vez quebrado o Estado, o capitalismo não conhece, no próprio capitalismo, formas historicamente superiores de socialização da propriedade, da apropriação e da acumulação às estatais. E sem formas superiores de socialização da propriedade (reconstituindo-a produtivamente), não se dá o crescimento, o desenvolvimento e a reprodução ampliada do capital, senão a crise, a regressão e a barbarização das relações capitalistas, tanto de propriedade quanto de produção. Por isso mesmo, sob a desindustrialização em curso, a riqueza capitalista vai sendo recentralizada privadamente e, ao mesmo tempo, vai sendo também ampliada, entretanto, crescentemente, apenas sob formas nominais, rapinantes e extorsivas (expansão, não derivada de qualquer propriedade, de ativos privados que possuem suas contrapartidas nos passivos estatais. Nessas circunstâncias, a riqueza privatiza-se, o Estado decompõe-se, o capital em operação produtiva vai sendo reduzido e a força de trabalho, adicionalmente superexplorada, vai se reproduzindo sob condições social-exterminativas que se tornam cotidianizadas.

Essa regressão à barbárie cotidianizada o capitalismo impõe, tanto nas relações sociais de propriedade, de apropriação e de acumulação da riqueza capitalista (cuja recentralização da desestatização, na privatização, ocorre sob métodos de banditismo cotidianizado), quanto nas de produção, de emprego e de assalariamento da força de trabalho, cuja depressão, desemprego e superexploração cotidianizaram a barbárie na reprodução da população trabalhadora deste país. Eis por que, se o proletariado não logra resolver, para si, a crise capitalista das relações formalmente socializadas, tanto se contrapondo à continuidade da regressão da estatização na privatização, quanto impondo a socialização real (superando positivamente a crise da socialização formal) da propriedade, da apropriação e da acumulação, então, o capital resolve para si. E seus métodos, na época atual, os da privatização financeiro-parasitária, são os métodos da cotidianização da superexploração, do extermínio e da barbarização das condições social-capitalistas sob as quais se dá a reprodução da população trabalhadora.

RESOLUÇÃO DA CRISE

Na ampliação dos patrimônios privados de bancos, empreiteiras, industriais, financistas, exportadores, comerciantes ou agricultores, tanto a propriedade produtiva, as rendas e os patrimônios estatais (produtos do trabalho social, mas dele expropriado e formalmente socializados sob a guarda do Estado) foram privatizados (por conseguinte, tanto o Estado foi desapropriado, expropriado e deteriorado no exercício de suas funções econômico-sociais), quanto três gerações de trabalhadores foram pauperizadas, superexploradas e exauridas em seu cotidiano existencial.

Então, na estatização desses segmentos que mais se enriqueceram privadamente (responsáveis imediatos pelo estrangulamento, tanto do Estado, de suas funções econômico-sociais, quanto do trabalhador, bem como estrangulamento das relações capitalistas de propriedade, de produção e de desenvolvimento das forças produtivas), encontrar-se-ia uma superação apenas transitória da crise capitalista, contraposta à regressão atualmente em curso na economia nacional. Mas essa superação seria instável, pois no Brasil exatamente tais métodos tornaram-se historicamente ineficientes na sustentação da reprodução capitalista a longo prazo. Aliás, aqui, trata-se da crise atual desses métodos.

Ato contínuo, se o próprio proletariado não resolve socialmente essa transitoriedade para si, nem o capital, nem o Estado, nem qualquer governo resolvem para ele, ao contrário, antagonicamente ao proletariado, resolvem-na para o capital. Por isso mesmo, a busca de soluções capitalistas para a crise capitalista. Qualquer delas, no entanto, convergirá necessariamente para ampliar ainda mais a centralização da riqueza social na propriedade privada, tanto opositivamente a sua socialização formal (à estatização), quanto antagonicamente a sua socialização real. Reproduzindo, então, o capitalismo sob a barbarização das relações sociais nas quais a população trabalhadora se reproduz materialmente.

Isso, simplesmente porque, na crise da estatização, o capitalismo não dispõe de formas superiores de socialização das relações de propriedade, apropriação e acumulação sob as quais a produção capitalista ganhasse nova propulsão. E, sem um novo estágio de socialização da propriedade,

Que a atual geração de trabalhadores não caia na armadilha daqueles que mostram progresso exatamente onde habita a regressão capitalista do próprio capitalismo, na privatização sob a desestatização

não se conhece o crescimento, o desenvolvimento ou o progresso das forças produtivas.

Na verdade, a superação da crise da socialização formal da estatização exige a socialização real, responsabilidade social dos trabalhadores. Não satisfeita tal exigência, se impõem as soluções capitalistas. E tais soluções, desde há muito, não surgem de imediata iniciativa ou responsabilidade privado-capitalista, mas surgem da responsabilidade delegada aos agentes econômico-sociais da emergente socialização sob a qual ocorre a reprodução-conservação capitalista (nos países subdesenvolvidos, ao Estado, enquanto, nos desenvolvidos, aos partidos social-democratas).

Que a atual geração de trabalhadores não caia na armadilha daqueles que mostram progresso exatamente onde habita a regressão capitalista do próprio capitalismo, na privatização sob a desestatização. Promover a superação da crise do Estado é uma legítima aspiração, sem dúvida. Mas essa aspiração jamais se concretizará na amplificação da privatização, pois seria amplificar os patrimônios privado-parasitários, a crise da produção, a destruição das forças produtivas e a barbarização das relações social-capitalistas de reprodução da população trabalhadora. Ao contrário, contraofensivamente, a crise do Estado pode ser superada positivamente se, sob a alavancagem da estatização de bancos, empreiteiras, solo, comércio ou saúde, a socialização formal for impulsionada a tornar-se socialização real da propriedade; da apropriação e da acumulação da riqueza socialmente produzida. Superando-se a crise capitalista, por conseguinte, na superação histórica do próprio capitalismo.